

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.249 - CE (2018/0319051-9)

AGRAVANTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : FERNANDO ANTONIO TEIXEIRA TÁVORA - CE004955
AGRAVADO : WALDEMAR BASTOS GOMES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo Estado do Ceará contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Waldemar Bastos Gomes ajuizou ação, com valor da causa de R\$ 3.304,99, em junho de 2013 (fl. 10), em face do Estado do Ceará, visando à declaração de imunidade quanto à contribuição previdenciária, em virtude de ter se aposentado por invalidez permanente (cardiopatia grave), sob o fundamento de que a regra do § 21 do art. 40 da Constituição Federal, que autoriza a incidência da contribuição previdenciária de servidor público portador de moléstia incapacitante, somente incidiria sobre o valor que exceder o dobro do teto fixado pela previdência.

O Juízo de primeira instância julgou improcedente o pedido, arbitrando os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa (aproximadamente, R\$ 2.000,00).

Interposta apelação pelo contribuinte, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará deu provimento ao recurso, para deferir a restituição do indébito, com fundamento na aplicação da legislação estadual e federal, para a definição das doenças incapacitantes e do benefício fiscal previsto no art. 40, § 21, da Constituição Federal, diante do princípio da máxima efetividade da interpretação constitucional. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. DOENÇA INCAPACITANTE. CARDIOPATIA GRAVE CERTIFICADA EM LAUDO DA JUNTA MÉDICA DA POLÍCIA MILITAR. DESCONTO PREVIDENCIÁRIO. APLICAÇÃO DA NORMA PREVISTA NO ART. 40, § 21, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APLICAÇÃO DOS ARTS. 186, § 1º, DA LEI Nº 8.112/1990, 6º, XIV, DA LEI Nº 7.713/1988, 151 DA LEI Nº 8.213/1991 E 89 E 154 DA LEI ESTADUAL Nº 9.826/1974, QUE CLASSIFICAM A MOLÉSTIA QUE GRAVA O AUTOR COMO INCAPACITANTE. EXISTÊNCIA DE NORMA IDÊNTICA NO ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ (ARTS. 190, IV, DA LEI Nº 13.729/2006 E 96, IV, DA LEI Nº 10.072/1976). PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO A PARTIR DE NOVEMBRO DE 2012, CUJO TERMO A *QUO* PARA A FLUÊNCIA DOS JUROS É O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, CONSOANTE PREVEEM O ART. 187 DO CTN E A

Superior Tribunal de Justiça

SÚMULA Nº 188 DO STJ. OS JUROS DE MORA SÃO DEVIDOS À RAZÃO DE 1% AO MÊS. INAPLICABILIDADE DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97. REVERSÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, FIXADOS EM R\$ 2.000,00 POR FORÇA DO ART. 85, §§ 8º E 11, DO N. CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos, com aplicação de multa em razão da litigância de má-fé.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o Estado do Ceará interpôs recurso especial.

Apontou a ofensa ao art. 85 do CPC/2015, aduzindo, em síntese, que o Tribunal de origem deveria ter reduzido os honorários advocatícios arbitrados na sentença, considerando que representam, aproximadamente, 60% do valor da causa.

Indicou a violação do art. 80 do CPC/2015, alegando, em resumo, que o Tribunal de origem não poderia ter aplicado a multa por litigância de má-fé, ausente o intuito manifestamente protelatório.

Alegou ser indevida a concessão do benefício ao contribuinte, considerando que o art. 40, § 21, da Constituição Federal é norma de eficácia limitada, em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base no Enunciado Sumular n. 7/STJ e no fato de que houve decisão com fundamento constitucional, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Acerca da alegada concessão indevida do benefício, considerando que o art. 40, § 21, da Constituição Federal seria norma de eficácia limitada, o recurso especial não comporta seguimento.

Isso porque verifica-se que a pretensão recursal implica o incurso em matéria constitucional e o julgamento dessa sorte de matéria é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, consoante disposto no art. 102, III, da Constituição Federal. Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.604.506/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe de 8/3/2017; EDcl no AgInt no REsp n. 1.611.355/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 14/2/2017, DJe de 24/2/2017.

Sobre a alegação de ofensa aos arts. 85, do CPC/2015, o recurso especial igualmente não comporta seguimento.

Superior Tribunal de Justiça

Isso porque implica o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos a irresignação apresentada pelo recorrente, acerca do *quantum* excessivo dos honorários sucumbenciais, arbitrados em, aproximadamente, R\$ 2.000,00 (representando 60% do valor da causa).

Sobre o assunto o Tribunal de origem assim decidiu:

Como se verifica do teor do acórdão *a quo*, os honorários de sucumbência foram arbitrados em dois mil reais com base em alguns fatores: ínfimo valor atribuído à causa, ausência de condenação e majoração em face do trabalho adicional realizado pelo advogado do autor.

Tais circunstâncias levaram o colegiado a aplicar, em conjunto, as disposições contidas nos §§ 8º e 11 do art. 85 do CPC, deixando de empregar a regra do § 2º do mencionado dispositivo legal, tese que sequer foi formulada nas contrarrazões apelativas propostas pelo Estado do Ceará.

Por esta razão, a contradição ventilada nos embargos declaratórios é o inexistente, porque se revela quanto ao mérito da decisão, não se verificando entre a fundamentação e a conclusão do julgado.

Em se tratando de contradição externa, o manejo dos embargos declaratórios não se mostra adequado para solucionar o ponto jurídico sustentado pela parte, mostrando-se eminentemente protelatório o recurso.

Incide, no caso, a litigância de má-fé do embargante, nos moldes preconizados nos arts. 80 e 81 do n. Código de Processo Civil (fl. 322).

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar o dispositivo legal indicado como violado, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Sobre a apontada ofensa ao art. 80 do CPC/2015, o recurso comporta acolhimento.

Com efeito, extrai-se da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que não se aplica a multa por litigância de má-fé quando a parte utiliza recurso previsto no ordenamento jurídico sem abusar do direito de recorrer.

No caso, o recorrente opôs os embargos sem evidência de má-fé ou abuso de direito, pelo que a sanção processual se mostra incabível.

Confirmam-se, a propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INTERPRETAÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATUAL. INVIABILIDADE. SÚMULA 5/STJ. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CARACTERIZADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

4. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que não se aplica a multa por litigância de má-fé quando a parte utiliza recurso previsto no

Superior Tribunal de Justiça

ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, como é o caso dos autos.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1393897/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO CONDENATÓRIA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO INTERPOSTO PELA RÉ/ORA EMBARGADA. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

(...)

2.3. É firme o entendimento desta Corte no sentido de não aplicar a multa por litigância de má-fé quando a parte utiliza recurso previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, como é o caso dos autos. Precedentes.

3. Embargos de declaração acolhidos, a fim de sanar a omissão apontada, sem efeitos infringentes.

(EDcl no AgInt no AREsp 983.177/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 14/12/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *c*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, dar-lhe provimento, a fim de afastar a multa por litigância de má-fé.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator